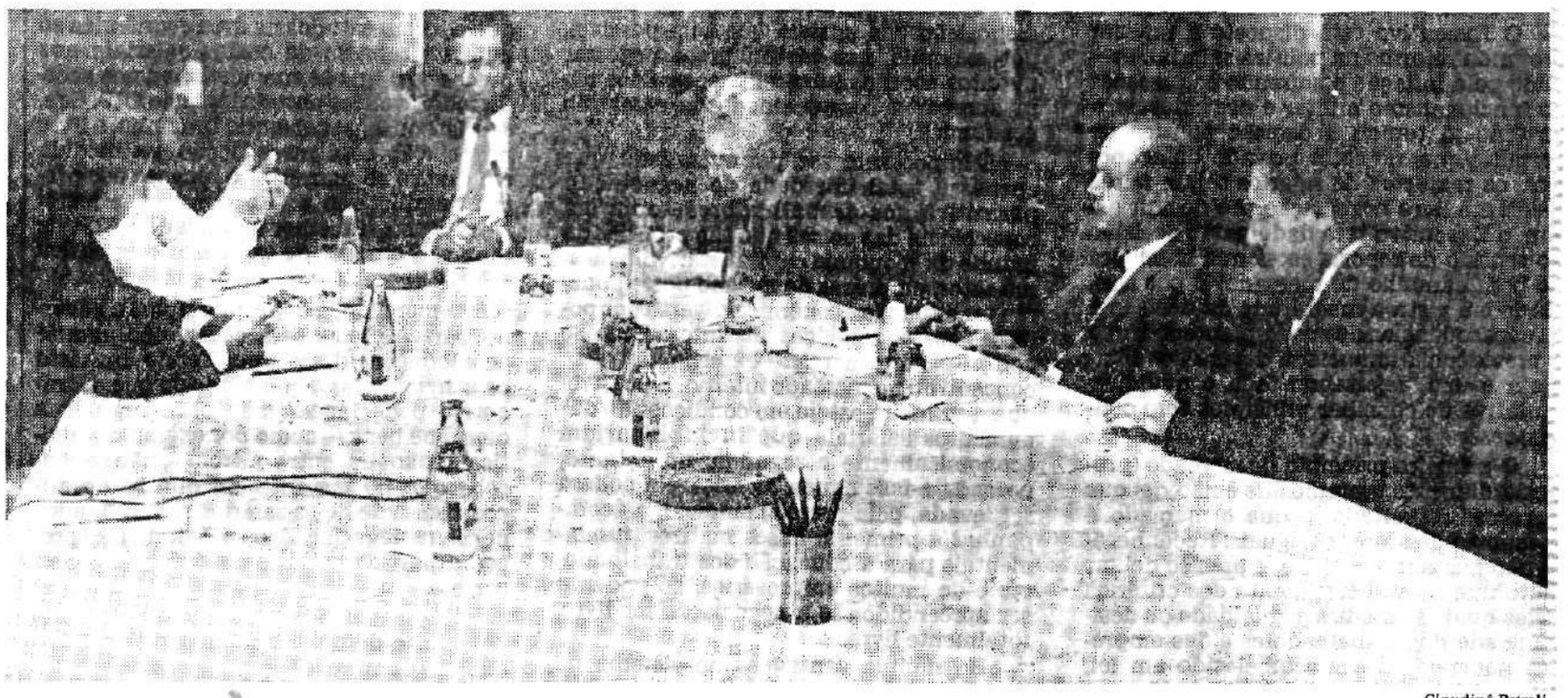
ANC / 3-4-88
ANC 88
Pasta 01 a 09
Abril/88
027
ANC

Um plebiscito para definir o mandato

ASSIS ÂNGELO

Um plebiscito para definir a duração do mandato do presidente José Sarney. Este foi um consenso a que chegaram os cinco deputados reunidos pelo **Estado** numa mesa-redonda para discutir se Sarney deve governar cinco anos, como seus sucessores, ou apenas quatro, como quer o povo (os próprios deputados reconhecem isso). Roberto Cardoso Alves e José Serra, do PMDB, Guilherme Afif Domingos, do PL, Victor Faccioni, do PDS, e Luís Inácio Lula da Silva, do PT, não concordam, contudo, quanto a esta duração. O líder do Centrão Cardoso Alves quer cinco anos, mas já faz uma advertência: "Não sei se Sarney ainda está disposto a governar só cinco anos". Os outros quatro defendem eleições presidenciais ainda este ano. José Serra baseia seus argumentos nos índices das pesquisas de opinião pública (**ver reportagem na página 6 desta edição**).

"Sarney é um acidente em nossa história. Ele sequer estava preparado para assumir a Presidência da República", atira, convicto, Gulherme Afif Domingos. O presidente nacional do PT, Lula da Silva, recomenda: "É hora de o eleitor cobrar o voto de seu deputado, pois dentro de 40 dias a Constituinte votará a duração do mandato de Sarney".



Claudiné Petroli

Durante mais de três horas, os deputados discutem a realização de eleições em todos os níveis ainda este ano

Deputados sabem que o povo quer 4 anos

A Assembléia Nacional Constituinte deverá decidir por quatro, cinco ou seis anos de mandato para o presidente José Sarney?

Roberto Cardoso Alves — Para igualar o seu tempo ao tempo dos demais presidentes, o presidente Sarney, a exemplo do que fez no passado o presidente Dutra, dispôs-se, num determinado momento, a abrir mão de um ano de mandato. A partir disso, o seu mandato seria de cinco anos. Só não sei se ele continua disposto a governar menos do que determina a atual Constituição.

Pela "onda" ou "lobby" que se está fazendo, não será de todo surpresa se a Constituinte aprovar os seis anos pretendidos pelo Planalto. Embora as esquerdas descartem, essa possibilidade não está afastada.

Luiz Inácio Lula da Silva — A verdade é que estou otimista. Nas disposições transitórias, acho que vamos conseguir aprovar a tese dos quatro anos e eleições diretas em 88. Será diferente a votação das disposições transitórias da votação do sistema de governo (presidencialismo) e do mandato (cinco anos) para os futuros presidentes. Através de pesquisas de opinião pública, temos tido conhecimento do desejo da população: quatro anos para Sarney e eleições diretas para presidente ainda este ano. E isso vai ocorrer, não tenho dúvida.

O PT é um partido relativamente pequeno...

Lula — Ainda somos um partido pequeno. Na Constituinte, para se ter uma idéia, temos apenas 16 deputados.

E qual é, então, a estratégia para viabilizar a proposta ou idéia de quatro anos para Sarney e eleições gerais ou só para presidente da República em 88? O PT pretende se juntar a todas as legendas de esquerda existentes ou em formação?

Lula — Não se trata de o PT se juntar às esquerdas, mas de conversar com todos os constituintes, sejam eles de esquerda ou de direita. Vamos conversar com todos os "cincoanistas". O nosso papel, agora, é tentar convencer os "cincoanistas" da necessidade de promover eleições para presidente da República ainda este ano, pois só assim poderemos encontrar uma saída para os problemas do País.

Os "cincoanistas" convictos, irredutíveis, serão denunciados em cartazes, como ocorreu recentemente com os políticos identificados com as idéias do chamado "Centrão"?

Lula (rindo) — Eu ouvi dizer que sim. Mas, de concreto mesmo, sei que vão ocorrer comícios em todo o País. O movimento está forte e é por isso, também, que estou otimista. Muita gente vai voltar às ruas pelas (eleições) diretas, inclusive governadores. Já estamos tentando convencer Miguel Arraes, Waldir Pires, Moreira Franco e outros. Em pouco tempo levantaremos o ânimo de companheiros do PMDB, como Covas, Fogaça, Fernando Henrique. É bobagem cair no desânimo. Fogaça, inclusive, tem dito por aí que "tudo está perdido". Bobagem! A gente perde uma batalha, mas ganha outras mil. Se a gente tiver de perder, que a gente perca brigando, lutando, defendendo com unhas e dentes aquilo em que se acredita. O trabalho agora é de convencimento, de discussão, disputa, de envolvimento da sociedade. Já é hora de o eleitor cobrar o voto do seu deputado. Dentro de uns 40 dias, a Constituinte votará o mandato de Sarney.

Victor Faccioni — O povo está mobilizado, o povo quer mudanças, ao contrário da elite brasileira. Lamentavelmente, a tendência, hoje, no círculo restrito da Constituinte, é por cinco anos para Sarney.

Dá para reverter essa situação?

Faccioni — Sim, acredito que sim. Mas isso só ocorrerá se houver, de fato, uma participação maior da sociedade, a partir, mesmo, da mobilização, da manifestação popular, da pressão contra os "cincoanistas", pois é sabido que a maioria dos políticos alinha sua meta de luta com o interesse do eleitorado. E não poderia ser de outra maneira. A participação do povo é muito importante, decisiva mesmo. O colega Roberto Cardodo Alves mostrou, há pouco, as diferenças numa democracia e num regime de arbítrio. Entre outras coisas, lembrou que Salazar foi, durante muito tempo, poder absoluto em Portugal. Também poderia ter lembrado Napoleão. A verdade é que o Brasil carece de democracia. Nunca tivemos uma democracia estruturada. Tivemos, sim, "momentos" de democracia. Por isso a questão do mandato é importante. O próprio Tancredo Neves pretendeu um governo de transição, com eleições após quatro anos.

José Serra — É verdade. Tancredo restabelecia eleições diretas já em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional.

Faccioni — Pois bem, se nem Tancredo e nem Sarney tivessem levantado a hipótese dos quatro anos, a questão hoje não estaria sendo tão discutida.

Cardoso Alves — Eu falei no princípio da temporariedade dos mandatos. *O princípio tem de ser defendido* e, como democrata, me compete defendê-lo.

Faccioni — Um governante não pode ser respeitado, se se equivoca no exercício do mandato.

Cardoso Alves — Como?

Faccioni — Se o governante toma uma linha desastrada de governo...

Cardoso Alves — *Numa democracia* se lança, então, mão de meios adequados para tirar desse governante o seu mandato. O **impeachment**, por exemplo, é um meio legal. O que não se pode fazer é reduzir o mandato a bel-prazer do legislador. Isso não!

Faccioni — O governo perdeu a credibilidade e a capacidade de estabelecer rumos para a economia. A falta de rumos definidos está nos levando a um impasse muito sério na área econômica e social. Essa, na verdade, é a grande questão, o grande problema. Precisamos encontrar logo a saída. A mudança de governo pode ser o começo.

Serra — A questão do mandato tem três dimensões: jurídica, histórica e política. Na dimensão jurídica, defendida pelo deputado Cardoso Alves, há uma divergência. Há quem sustente que o mandato de Sarney é de seis anos e que a Constituinte não poderia alterá-lo, por se tratar de uma espécie de "direito adquirido", pela ordem constitucional anterior. A constituinte tem poderes para definir tudo, inclusive mandatos do presidente e de parlamentares. Quanto ao aspecto histórico, não custa lembrar que Tancredo Neves, reiteradamente, falou na idéia dos quatro anos por entender que faria um governo de transição. A terceira dimensão, enfim, é a política, também de grande importância: o povo quer mudanças, quer eleições. É isso o que demonstram as pesquisas de opinião pública. Desde 1930, essa talvez seja a maior crise do País. Por tudo isso, é vital que tenhamos um governo com legitimidade, autoridade e eficácia no prazo mais breve possível, sob o risco de comprometermos a marcha do processo democrático, tal a gravidade do momento atual. O atual governo é fraco, sem planos, sem rumos e não é por *acaso que perdeu a confiança do povo*. É por isso que defendo eleições já. Estamos num processo de transição.

Cardoso Alves — O que é "transição"? Construiu-se aí uma engenharia viciosa, com uma sociologia solerte, para dar à palavra "transição" uma semente extraordinária. Transição tem um sentido pontifício; ela é uma ponte, uma pinguela. Tem um sentido espacial: daqui, você vai até lá na transição. É como se houvesse um sentido geográfico, um espaço a percorrer. Ora, não é nada disso. Isso é uma criação muito bem-bolada e o próprio presidente da República entrou nesse negócio, vejam só! A transição democrática deu-se com absoluta lógica e a lógica decorre do próprio pecado que aqui se expunha: no Colégio Eleitoral deu-se a transição. No momento da posse é que se deu a transição: caiu o presidente do arbítrio, porque acabou o seu tempo; e entrou o presidente da democracia, porque se iniciou o seu tempo. A transição é um instante da vida histórica, em que se sai de um regime e se entra noutro. Isso porque *há uma construção democrática*. A democracia é uma arte perfectível. O governo de hoje prepara a democracia para o governo de amanhã; o de amanhã para o de depois de amanhã e assim ela, a democracia, vai se aperfeiçoando sempre. Num regime de aperfeiçoamento constante, **o hoje** tem de ser mais democrático que **o ontem** e **o amanhã** mais democrático que **o hoje**. Quer dizer, há uma construção democrática constante, imperecível, diuturna. Não há transição democrática, no sentido que se quer dar.

Serra — Eu veria no caso, transição como a fase que vai entre um e outro presidente ((Figueiredo e Tancredo/Sarney), por exemplo, até a conclusão da nova Constituição. Ou seja: a passagem de uma ordem política autoritária para uma ordem democrática que foi instituída a partir da nova Constituição. Isso é transição.

Cardoso Alves — É exatamente isso o que chamo de bolado, com solércia e muita esperteza; de tal forma que até o presidente da República se engrena nesse negócio.

Serra — *Não, falo de uma mudança* qualitativa entre uma coisa e outra. Estamos elaborando uma nova Constituição, portanto estamos numa óbvia etapa de transição.

Cardoso Alves — Há o primeiro governo na democracia brasileira, haverá o segundo, o terceiro. Deus queira que cheguemos à perfeição democrática. O presidente Sarney recebeu no colo a dívida externa, a dívida interna, o "déficit" público, a desorganização partidária etc. Ele não criou crise nenhuma. Por uma questão de franqueza e transparência sou obrigado a dizer que a esquerda do meu partido, aquela que assumiu o Ministério da Fazenda e inventou o tal "plano cruzado", criou a crise que vivemos. Pior: quer se beneficiar da situação apresentando candidatos à Presidência da República, numa atitude absolutamente fisiológica.

Claudiné Petroli

Cardoso Alves: transição é sociologia solerte

Claudiné Petroli

Serra: transição é passagem, mudança qualitativa

Claudiné Petroli

Afif, por gerais em 88. Faccioni quer mudar governo

Claudiné Petroli

Lula: "Certeza otimista" de diretas ainda este ano

Faccioni — Tudo bem que Sarney tenha recebido o País com problemas, mas também recebeu o País com muita esperança, confiança, e com apoio total do povo. Se tinha problemas, o País também tinha boas perspectivas. O saldo na balança de pagamentos, por exemplo, era de 11 bilhões de dólares. Quer dizer, o País voltava a crescer num índice de 8% ao ano. Nada mau, não? Em pouco tempo, porém, tudo isso foi jogado fora, o povo ludibriado. A herança recebida por Sarney não foi de todo negativa. Foi uma herança com créditos e débitos, como toda herança. Hoje nos restam só débitos.

Cardoso Alves — Credibilidade popular não paga dívida externa e dívida externa tem que ser paga.

Guilherme Afif Domingos — A fase é de transição, sem dúvida. O presidente Sarney é um acidente na história do País. Getúlio também foi um acidente. Enfim, a crise de hoje foi toda construída em cima de Tancredo Neves, via Colégio Eleitoral. Sarney não estava preparado para assumir a Presidência da República. As crises logo vieram. Mas a pior de todas, a que até agora tumultua o processo político, também foi provocada pelo próprio Sarney ao ir à televisão para "abrir mão" de um ano de mandato do governo. Não podia.

Cardoso Alves — Isso aí eu não discuto.

Afif — Eis aí uma amostra clara da fragilidade política do presidente Sarney. O presidente não pode fixar o seu mandato e nem o mandato de ninguém. Sarney não aprendeu a governar até hoje. Repito: ele é um acidente na história. Estou preocupado com o futuro do País. A Nação não resiste mais a esse acidente histórico (Sarney): quanto mais rápido passar, melhor.

Cardoso Alves — É importante que fixemos a questão do princípio. Há pouco, Serra falou em legitimidade. Pois bem, tenho a dizer que o governo do presidente Sarney é absolutamente legítimo. Foi o PMDB, aliás, que erigiu esse governo. O partido terá coragem de negar isso?

Faccioni — A legitimidade que se adquire também se perde.

Cardoso Alves — *Para isso há os* tribunais. Serra disse que a Constituinte pode diminuir ou aumentar mandato. Não! O povo me outorgou um mandato de quatro anos e eu vou cumprir esse mandato até o fim. O presidente Sarney tem um mandato que nasce na mesma vertente onde nasce a força da Constituinte, que é a Constituição em vigor. Quer dizer, a Constituinte pode muita coisa, menos desconstituir o ato constituído e o mandato do seu criador.

Faccioni - Há uma coisa, Roberto: houve uma eleição e o povo votou nesses constituintes, o que ratificou a soberania da Constituinte.

Cardoso Alves - Meu caro Faccioni, a fonte dessa eleição foi também a Constituição em vigor, da qual jorrou o mandato do presidente e a atual Constituinte. Essa eleição só houve por força da atual Constituição e não da (Constituição) que está sendo elaborada. Você sabia disso?

Afif - Permitam-me entrar na discussão, reforçar o argumento, porque esse é o grande debate, a grande questão. *Insisto: o problema do mandato* do presidente Sarney foi criado no dia em que ele foi à televisão e anunciou que governaria cinco e não seis anos. Por que não quatro? Por que não três? Quebrou-se o precedente. Dali em diante o presidente, inseguro, perdeu mais força e não pôde recuar. Ao quebrar o princípio, ele abdicou do poder e, abdicando o poder, ele abriu mão das condições de governante. O ato do presidente espelha a sua própria fragilidade política. Noutras palavras: hoje a crise está localizada na Presidência da República. Localizada a crise, não adianta criar agora um Ministério da Salvação Nacional ou um Plano Mágico de Emergência. Precisamos ser mais pragmáticos.

Lula - Na minha opinião, a situação deve ser analisada a partir do ponto de vista político. Ora, Sarney perdeu a legitimidade por ser frágil e não saber governar. Creio que se Tancredo soubesse que morreria tão cedo, e naquelas circunstâncias, se recusaria a ter Sarney como vice. A indicação de Sarney na chapa de Tancredo foi uma imposição do PFL.

Cardoso Alves - Não foi só uma imposição, foi um problema jurídico, pois Tancredo tinha medo de uma impugnação da chapa e o único nome que não poderia ser impugnado era o de José Sarney, por ser originariamente inscrito na Arena. Não haveria problema de transferência para o PMDB. Sarney era o único político em condições de garantir, sem riscos, a vitória de Tancredo.

Faccioni - O problema está mesmo é no nascimento de Sarney.

Lula - Não cheguemos a tanto, ele tinha o direito de nascer (risos), mas o direito de governar o País ele só teria se fosse legitimado pelo povo e isso ele não foi. A sociedade não acredita mais nesse governo, está mais que claro. O governo deveria se "tocar" e aproveitar esse momento constituinte para dar vez a quem de fato tem condições de administrar o País.

Cardoso Alves - O povo está sempre contra o governo ***"Hay gobierno? Soy contra!"*** *Isso é* histórico.

Lula — Verdade? O povo parecia feliz, no começo do Plano Cruzado.

Precisávamos mesmo de uma nova Constituição? Muita gente acredita que bastavam uns retoques aqui e ali na Constituição de 69.

Cardoso Alves — Temos presidente da República, governadores, ministros e secretários de Estado, prefeitos, divisão territorial e tudo o mais funcionando normalmente. Está tudo constituído, tudo direitinho. Agora o Lula e o Afif dizem: "Depois da Constituinte, tem de haver eleição". Até concordo, se essa Constituição estivesse surgindo de escombros e se o meu partido fosse desse tamanhinho, como é o caso do PT e do PL. Aliás, devo dizer *que essa Constituinte aí é, para mim,* um estado de perplexidade. Ela deveria ter sido feita, claro, com foros constituintes para adaptar a nossa nova Carta a um Estado democrático de direito. Mas Constituinte como, se o Brasil está devidamente constituído? Ah, coisas assim só acontece mesmo aqui!

Lula — Engraçado, durante 20 anos o PMDB defendeu a Constituinte como solução para os problemas brasileiros. O PT, não. Nós fomos contra! Mas voltemos à questão do mandato.

Cardoso Alves — Você votou pelo presidencialismo e cinco anos, agora vem com essa discriminação odiosa, odienda contra Sarney...

Lula — Não, Roberto!

Cardoso Alves — Só porque ele é feio, bigodudo. Isso é um contra-senso, um negócio odioso. É uma molecagem em matéria de legislação. A Constituinte existe hoje graças a Sarney, queiram ou não os constituintes. Foi Sarney quem assinou a Emenda nº 23, convocando a Assembléia Nacional Constituinte. Portanto, é ele o pai dela!

Afif — *Não ele não é o pai. É o* padrasto. O pai foi Tancredo.

Cardoso Alves — Tancredo jamais convocaria a Constituinte. Ele mandaria um emendão para o Congresso e pronto. Agora concordo que Sarney não estava mesmo preparado para governar. Eu acho que ele errou ao convocar a Assembléia Nacional Constituinte. Não era preciso. De qualquer forma, acho que não é o caso de se diminuir o tempo do seu mandato. Para quê? Os problemas serão resolvidos já, sem Sarney?

Serra — Creio que eleições são a melhor maneira para podermos formar um governo com credibilidade e responsabilidade. Não quero, aqui, dizer que a culpa pelos problemas que vivemos é só do Sarney ou da esquerda do PMDB, como disse Roberto.

Cardoso Alves — A culpa é dos "pais" do Cruzado.

Lula — Há uma frase do Ulysses que diz o seguinte: "Com uma eleição direta a gente pode não resolver tudo, mas sem eleições é certo que não resolveremos nada".

Cardoso Alves — *Eu digo o seguinte:* a hora não é de "diretas já", é de "PMDB já". O partido precisa se unir e ajudar o presidente. Acho absolutamente inviável a realização de eleição este ano.

Faccioni — Nem municipal?

Cardoso Alves — Me firmo no princípio de transitoriedade dos mandatos.

Que tal deixar que o povo decida isso num plebiscito?

Lula — Até o Pinochet fez, por que Sarney não faz?

Faccioni — É uma idéia, pode ser a saída.

Afif — Se insistirmos em adiar essas eleições, corremos o risco de termos aprofundada a crise institucional. Isso é o que mais temo. Nessa atitude prorrogacionista, agravamos a crise e partimos para a ruptura.

Serra — Outra coisa me preocupa: a lentidão dos trabalhos constituintes. O ritmo de votação precisa aumentar.

Roberto — Uma coisa mais o povo precisa saber: a Constituinte está sendo votada a toque de caixa. É preciso tempo, negociação...

"Eleições já" ou "PMDB já"?

Todos, à exceção de Roberto — eleições já e em todas os níveis!